



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC

UNIDADE: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

SECRETARIA: Secretaria de Governo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

DECISÃO OGE/LAI n.º 027/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, número SIC em epígrafe, no qual o interessado solicita a identificação de prestadores de serviços contratados e acesso aos documentos comprobatórios dos requisitos e experiência dos mesmos.
2. Em resposta, a Companhia ofereceu a lista de profissionais, de acordo com o pedido, negando acesso aos documentos rogados sob o fundamento de serem de natureza pessoal. Em sede de 1ª instância, o ente demandado complementou seus esclarecimentos, afirmando que os documentos usados para comprovação de experiência não ficavam retidos. Insatisfeito, o demandante interpôs recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Analisando-se o caso concreto vertido, verifica-se que, conforme o item 2.13 do Contrato Prodesp PRO.00.6303, a equipe responsável pela prestação de serviços deve preencher certos requisitos mínimos de experiência e qualificação, sendo que o item 2.14 determina que a comprovação dos requisitos será feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos: contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho.
4. Em sua resposta, a PRODESP alega fiscalizar o preenchimento dos requisitos, nos termos contratuais, sem retenção dos documentos comprobatórios – o que não é exigível pelas cláusulas contratuais estabelecidas. Oportuno lembrar, também, que as manifestações da Administração Pública são dotadas de presunção relativa de veracidade, conforme bem ilustra posicionamento externado pela Controladoria Geral da União: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do



O.G. 31

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal.).

5. A desnecessidade de reter os documentos, por outro lado, não exime a Companhia de fiscalizar diligentemente o atendimento aos requisitos contratuais, do que decorre o interesse na obtenção de informações quanto ao adimplemento das obrigações fixadas contratualmente.
6. Assim, na impossibilidade de fornecer cópia dos documentos comprobatórios, resta à demandada a possibilidade de expedir certidão, devidamente subscrita pelo agente público responsável, referente ao preenchimento dos requisitos de experiência e qualificação estipulados no contrato administrativo. É o que prescreve a Lei n. 12.527/2011: *Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. § 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias: I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão. (grifo nosso)*
7. Diante do exposto, tendo em vista haver direito de acesso à informação ainda não completamente satisfeito, e revelando-se plausível equacioná-lo ainda que por via indireta, **conheço do recurso**, por tempestiva apresentação, para no mérito, **dar-lhe provimento parcial**, com fundamento no artigo 11, §1º, I, da Lei Federal n. 12.527/201, devendo a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei e nesta decisão, expedindo a certidão cabível.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 30 de março de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO